

Por que as crianças devem ir à escola? As relações entre a Psicologia, a infância e a Pedagogia moderna no Brasil

Virgínia Sales Gebrim

As primeiras décadas do século XX no Brasil são marcadas, especialmente pela intelectualidade brasileira, pela necessidade pungente e febril de construção de um país moderno, industrial, tendo como referência os países europeus e os Estados Unidos. Nesta atmosfera, a educação passou a ser vista como um instrumento primordial da formação de um novo homem e de uma sociedade moderna e democrática.

Para realizar esta nova concepção educacional era preciso instaurar uma mentalidade, estabelecer um *saber pedagógico* que se assentasse na perspectiva de modernidade e de cientificidade. Entre estes saberes pedagógicos emergiram a Biologia, a Sociologia e a Psicologia. Por meio deste tripé científico, era possível propor uma pedagogia científica, voltada para a criança.

Se os estudos centralizados na criança no final do século XIX já traziam essa temática movidos pelas necessidades que a escolarização impunha, as décadas seguintes assistiriam a uma proliferação de conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil.¹ A pedagogia naquele momento poderia, de maneira legítima, normatizar e intervir na prática educativa, pois o faria em nome de um conhecimento irrefutável e preciso: o científico.

Essa novidade pedagógica, a criança, é o problema central de grande parte das reflexões educacionais no mundo inteiro e são trazidas para o Brasil mediante uma literatura orientada para a necessidade de formar professores e implantar esta chamada *pedagogia científica*, alimentada pelo interesse em conhecer e investigar este objeto privilegiado: a infância.

1 Se o arcabouço teórico necessário – a psicologia – para atender a este fim já vinha sendo formulado, desde o final do século XIX, em várias partes do mundo, já nas décadas iniciais do século XX vai se transformar em abordagens das mais variadas, como as de Claparède, Wallon, Piaget e Vygotsky, entre outros.

A contribuição direta que a psicologia poderia oferecer ao movimento de renovação escolar, nas palavras de Lourenço Filho, seria “fornecer os dados” para o encaminhamento de “possíveis problemas da técnica educativa”. Estava em curso um necessário reconhecimento pedagógico, posto até como inevitável: o desenvolvimento da criança, ou melhor, do aluno.

Nesse sentido, as contribuições da Psicologia da Educação no Brasil passam, necessariamente, pelas concepções que pretendiam articular os estudos sobre a criança e as necessidades de escolarização. A reestruturação da escola pretendida pelo movimento escolanovista promoveria uma educação voltada para a criança. Todos os aspectos internos da escola seriam modificados: o papel do educador, que viabilizaria os meios para que a criança se desenvolvesse, os programas, que deveriam ser adequados aos processos psicológicos da criança, enfim, modificações que significavam uma reestruturação da instituição escolar, e a psicologia teria o papel de destaque neste processo.

Esta “revolução copernicana”, que inicialmente deslocava o aluno para o centro do processo de ensino, considerava agora que o ensino se direcionasse para uma adequação psicológica do aluno, pois

Hoje, o mestre sabe que está em face de educandos similares *em grupos*, mas todos diferentes *entre si*, e que, em conseqüência, terá de se adaptar o ensino não só em relação às fases evolutivas, mas também às diferenças de cada aluno em particular. (Lourenço Filho, 1978, p. 73)

No Brasil, a centralidade na criança não só faria com que os processos pedagógicos se voltassem para a psicologia, mas que, essencialmente, o ato educativo só se realizaria ancorado em um conhecimento: a psicologia.

Neste sentido, esse tema – tão caro à época – converte-se em uma problemática, as possibilidades do ato educativo mediante as necessidades da criança. Isto nos leva às seguintes interrogações: que necessidades são essas que se vinculam à escolarização? Que concepções fomentam uma leitura, uma produção pedagógica que afirmava uma interpretação de infância?

É importante investigar, portanto, as concepções que foram discutidas e divulgadas por intermédio de uma literatura pedagógica, como a “Bibliotheca da Educação”, da Companhia Melhoramentos de São Paulo.

As inúmeras obras que compõem a coleção, no período de 1927 a 1941, tinham o intento de constituir uma determinada cultura educacional, trazendo

os referenciais teóricos que pudessem fundamentar as novas práticas pedagógicas dos educadores brasileiros.

À frente desse projeto editorial, Lourenço Filho realizava esse objetivo, compondo a coleção de um repertório de conhecimentos que pretendiam atualizar e modernizar a formação dos professores. A coleção contribuiria para divulgar e popularizar os novos saberes pedagógicos, nos quais havia um nítido predomínio da Psicologia.

Essa produção pedagógica, amparada por um determinado conhecimento psicológico, buscava orientar e formular idéias, disseminar conceitos e práticas, especialmente em relação à criança e seus processos de escolarização.

Diante dessas questões, é preciso analisar e investigar a contribuição da Psicologia na Educação na formação de uma “cultura pedagógica”, que foi veiculada sobre a infância no Brasil, especialmente na primeira metade do século XX. Os conhecimentos psicológicos divulgados por uma produção pedagógica, que orientaram as práticas pedagógicas naquele momento, penetraram de tal maneira na escola que generalizou-se uma determinada concepção de infância, articulada a uma filosofia educacional, tendo em vista um projeto liberal de sociedade.

A influência da Psicologia sobre as teorias e os procedimentos educativos no Brasil começa a se constituir, por intermédio das primeiras iniciativas, através da reforma Benjamin Constant, que constituiu no Rio de Janeiro o *Pedagogium*. A criação deste instituto, em 1906, teria a finalidade de se constituir como “centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional”. Em 1897, sob a direção de Medeiros e Albuquerque, constituiu-se como “o primeiro *laboratório* de psicologia experimental, planejado por Binet em Paris e coordenado por Manoel Bonfim por doze anos” (Antunes, 1991, p. 173). Nessa direção, em 1914, foi implantado um laboratório de Pedagogia Experimental que funcionou anexo à Escola Normal de São Paulo “o objetivo da nova instituição pretendia-se o mesmo de similares estrangeiras, em especial norte-americanas: o ‘estudo científico’ da infância, entendido como ‘exame metódico’ de todas as energias da criança” (Carvalho, 2000, p. 271).

A escola normal, dirigida por Oscar Thompson, então diretor geral do ensino, cumpriria um importante papel: a concepção de que a pedagogia deveria se basear em uma perspectiva científica:

A criação do laboratório de Pedagogia experimental no gabinete de Psicologia e Antropologia Genética proporcionaria, de maneira efetiva, que os

processos pedagógicos pudessem ser tratados de acordo com os parâmetros científicos, ou melhor, levariam para a escola, de maneira resumida, “pressupostos e práticas constituintes das ciências que lhe eram contemporâneas – a antropologia, a psicologia, a biologia, a medicina e a psiquiatria – cujas fronteiras não eram muito nítidas” (Carvalho, 2000, p. 273).

Com este fim, coube ao psicólogo italiano Ugo Pizzolli organizar e dirigir o laboratório empreendendo atividades essenciais para a formação dos professores normalistas, voltadas para cursos teóricos, pesquisas e a elaboração de uma “carteira bioghapica escolar”, a ser distribuída nas escolas estaduais, enfim, os trabalhos realizados pelo laboratório eram centrados no “estudo científico da criança”.

Os cursos que ali foram ministrados pelo professor italiano Ugo Pizzoli se encarregariam de propor, para uso escolar, uma série de procedimentos que possibilitaria um conhecimento sobre a criança,

mais do que isto, como dispositivo de constituição da criança enquanto aluno, dispositivo de produção da individualidade na confluência das medidas e dos “dados” de observação constituídos como índices de *normalidade*, *anormalidade* ou *degenerescência*. (Carvalho, 2000, p. 273)

Esta concepção está explícita em uma publicação realizada pelo próprio laboratório, que reúne os cursos e a palestra de Thompson proferida ao inaugurar as instalações do gabinete, intitulada “O futuro da Pedagogia é científico”. As formulações de Thompson, mais do que articular a prática pedagógica numa base científica, acabavam por destacar a psicologia como o fundamento mais importante na educação (Antunes, 1991).

Era a Psicologia que poderia fornecer à Educação o conhecimento sobre a criança. Mas de que maneira? Nas palavras de Thompson, “fornecendo à ciência da educação dois capítulos de suma importância: a psicognóstica e a pedotécnica” (Carvalho, 2000, p. 273).

Dessa forma, a psicologia poderia servir à educação por meio de instrumentos, de parâmetros que poderiam identificar as crianças “anormais” e, ainda, fornecer os subsídios para “o ensino se pôr em harmonia com a natureza *psicológica* do escolar” (grifo meu).

Para executar esta proposta, o gabinete foi equipado com vários aparelhos que realizariam exames perceptivos e sensoriais nas crianças, com a finalidade de

realizar testes antropométricos e psicométricos, utilizando-se dos seus resultados como subsídios à ação educacional, do que se pode inferir que a preocupação era mais com a classificação das crianças através de seus diagnósticos do que a busca de meios efetivos para a melhoria do ensino aprendizagem. (Antunes, 1991, p. 204)

A julgar pelas propostas que foram implementadas, como por exemplo na Escola Normal de São Paulo, nas reformas educacionais realizadas nas décadas de 20 e 30, materializava-se o discurso produzido e propagado pelos profissionais da educação em relação à criança que teriam como suporte a biologia e a psicologia, de caráter estatístico. Presentes nas reformulações pedagógicas, as escolas normais, à medida que foram criadas em diversos estados brasileiros, passaram a exercer um papel de não somente difundir uma nova prática pedagógica, mas paralelamente atuar como um centro de pesquisas da psicologia aplicada à educação.²

Se os estudos desenvolvidos pela Psicologia no início do século se caracterizaram pela descrição da infância, apresentando-a de uma maneira positiva, destacando as especificidades do desenvolvimento infantil, esta abordagem no correr do século XX se apoiaria em uma visão mensuracionista: observar, aferir e classificar. Esses procedimentos fariam parte da atividade educativa, em prol da melhoria da qualidade do ensino,

para o que deveria ser a psicologia fonte de conhecimento e, sobretudo, conjunto de técnicas que permitissem o trato científico dos aspectos presentes no processo de ensino, particularmente que se refere à sua quantificação, registro e controle, o que viria evidenciar o estatuto científico que a pedagogia almejava; a ciência, sobretudo a Psicologia deveria tornar-se então, a legítima autoridade na Educação e, portanto, definir seus rumos. (Antunes, 1991, p. 207)

Uma expressão deste pensamento, que não somente conjugava educação e psicologia, mas acabava por destacar e privilegiar uma aplicação da Psicologia nos processos pedagógicos, encontra em Lourenço Filho, “um dos mais sinceros adeptos do escolanovismo” (Cunha, 1989, p. 107).

2 Ao comentar este período da Psicologia no Brasil, Lourenço Filho, no texto *A psicologia no Brasil* (1955, p. 315), refere-se a este momento como “o surto de estudos de psicologia educacional”.

O nome de Lourenço Filho é considerado uma referência no pensamento educacional brasileiro. Exerceu paralelamente várias atividades; como professor atuou inicialmente na Escola Normal de Piracicaba, onde desenvolveu pesquisas sobre a maturidade e a escrita. Dirigente de vários órgãos estaduais e federais, foi convidado para empreender a reforma de ensino no Ceará, considerada uma das mais importantes reformas do pensamento renovador. Também foi professor da Escola Normal de São Paulo, sucedendo a Sampaio Dória na cátedra de Psicologia. Com a nomeação para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), como primeiro diretor este órgão, articulou e desenvolveu um trabalho de infra-estrutura técnico-administrativa com a preocupação pioneira de promover estudos e pesquisas sobre a realidade educacional brasileira, e as opiniões técnicas do INEP forneceriam subsídios para a política educacional do Estado Novo.

Ao editar um periódico, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, a partir de 1944, o INEP teria um instrumento ímpar, precioso de veiculação e divulgação dos princípios da escola nova junto ao professorado brasileiro. A presença destacada de Lourenço Filho nesta publicação, como um dos autores que mais colaboraram na *RBEP* no período de 1944 a 1963, demonstravam que “o interesse em conhecer a criança está explícito na produção psicológica dessa época” (Gebrim, 1996, p. 116).

Entretanto,

quanto mais utilizado na Educação, mais esse tipo de conhecimento psicológico justificou o deslocamento da responsabilidade pelo êxito ou fracasso da aprendizagem, atribuída ao aluno, ou melhor, às suas capacidades ou deficiências. (Gebrim, 1996, p. 116)

Lourenço Filho é autor de inúmeros livros e artigos em várias publicações da educação e da psicologia, nos quais invariavelmente a abordagem pedagógica é fundamentada pela psicologia. Há de se destacar, ainda, a sua atuação como organizador do projeto editorial a “Bibliotheca da Educação”, da Companhia Melhoramentos de São Paulo, implementado a partir de 1927.

À frente desses propósitos, a trajetória de Lourenço Filho neste projeto não se limitou à função inicial de organizador, mas se desdobrou em várias frentes do trabalho editorial, ora como tradutor, ora como prefaciador e mesmo como autor de várias obras publicadas, entre as quais se destaca *Introdução ao*

Estudo da Escola Nova, em 1929. Essa obra, que causou um grande impacto quando lançada e mereceu sucessivas edições, pode ser considerada, ainda hoje, uma obra clássica do movimento de renovação educacional. De maneira explícita e clara, estão ali sistematicamente divulgados, pela primeira vez no Brasil, os princípios de renovação educacional.³

Desse texto é possível extrair as mais variadas análises. Em todos os sentidos, esse trabalho de Lourenço Filho merece ser lido, pois fornece elementos importantes para a compreensão da Psicologia da Educação, do movimento da Escola Nova, das relações entre a Psicologia e a Educação, e a concepção de Psicologia. Chama atenção, ainda, a concepção de infância que subjaz e percorre toda a reflexão do autor. As formulações de Lourenço Filho revelam que a sua crença na educação nova viria exatamente por essa ser a única pedagogia capaz de cientificamente utilizar os meios adequados para o pleno desenvolvimento da criança na escola. A psicologia como ciência responsável pela investigação sobre o conhecimento infantil forneceria, ao mesmo tempo, a fundamentação teórica e o recurso técnico necessário para a implementação da prática pedagógica. A psicologia estabelecida na primeira metade do século XX tornou-se a principal referência teórica para a educação; os meios, os procedimentos, a técnica iriam servir, na verdade, a um único propósito: a criança.

Dessa forma, esse texto indica elementos significativos para uma análise mais detalhada das concepções de Lourenço Filho em relação à criança, por isso interessa aqui recortar, examinar e comentar algumas das características que compõem o livro *Introdução ao estudo da escola nova*.

Resultado de um curso realizado na Escola Normal de São Paulo, a primeira edição foi composta de *Cinco lições*, cujo objetivo era dispor ao leitor informações sobre o movimento da escola nova, “contribuindo para a coordenação de informações dispersas e para o estímulo ao estudo da organização e eficiência do trabalho escolar” (Carvalho, 2000, p. 279).

Decorridos quase 50 desde o lançamento deste texto, Lourenço Filho tratava de atualizar o seu trabalho a cada nova edição, “retirando elementos para a melhoria do texto, quando assim julgasse acertado”. Neste sentido, a última edição em 1978 é singular, pois apresenta algumas modificações que o próprio autor justifica como necessárias, dadas a dois acontecimentos: as duas grandes

3 Gandini (1980), Nagle (1974) e Pinho (1970) fazem estas referências a esta obra de Lourenço Filho.

guerras mundiais e suas conseqüências econômicas, políticas e sociais, trazendo para a educação novas questões, "Como estaria sendo a escola nessas condições e como viria a apresentar-se depois?" e, por fim, "o incremento dos estudos da biologia, sociologia e a Psicologia aplicados à educação (...) impondo novas diretrizes escolares" (Lourenço Filho, 1978, p. 61).

Nesta última edição, o autor se preocupa em apresentá-la de maneira "mais moderna e atualizada". Dividida em três partes, com os seguintes títulos: "As bases", "Os sistemas" e "A problemática", a primeira constatação que se faz é que não há nenhum reparo ou observação quanto ao movimento renovador. Ao contrário, Lourenço Filho, já nas páginas iniciais, reafirma a sua concepção nesta pedagogia contemporânea, especialmente por considerá-la científica.

Já na parte I, "As bases", o autor expõe, como o título sugere, o tripé de sustentação de seu pensamento: a biologia, a sociologia e a psicologia que articulados formariam "um corpo de doutrina, com base de maior ou menor aplicação científica, para a consecução dos fins, havidos por justos, possíveis e necessários, segundo a filosofia de nosso tempo" (Lourenço Filho, 1978, p. 91).

Mais adiante, Lourenço Filho frisa ainda mais a importância da cientificidade no ato educativo, reproduzindo os caracteres gerais das escolas novas, segundo o Bureau International des Écoles Nouvelles: "A Escola Nova procura abrir o espírito por uma cultura de capacidade, mais que por acumulação de conhecimentos memorizados. O espírito crítico nasce da aplicação do método científico: observação, hipótese, comprovação e lei" (1978, pp. 110-11).

Ao se referir às possíveis mudanças ocorridas no movimento renovador pós-guerra, afirma não seria possível mais "tomar por centro a criança segundo suas capacidades naturais de desenvolvimento, e organizar a escola como uma instituição purificada, de onde os homens também purificados deveriam surgir" (p. 28). Diante disto, assinala o autor, é necessário propor "uma revisão dos modelos teóricos e os recursos práticos para a possível adequação aos graves problemas de mudança de nosso tempo" (p. 32).

Se os princípios da reforma pedagógica apoiaram-se no "estudo da criança", na "*descoberta da criança*" (p. 37), e mais, se as "*técnicas de educar repousam sempre nas noções que tenhamos acerca da vida psicológica do educando*" (p. 60), sublinha Lourenço Filho, cabe à psicologia investigar essas questões. Não se tratava agora de "descrever", mas de propor no ato educativo, "(...) alterar, fazer variar ou modificar o *comportamento* e a *experiência do educando*" (p. 61).

Mas como a psicologia poderia realizar tamanha tarefa em prol da renovação escolar? Em primeiro lugar, as referências da psicologia seriam pautadas pelas suas relações com a biologia, constituídas, diferentemente ao que acontecia na educação tradicional, que separava o biológico do psicológico, trazendo uma unidade entre esses conhecimentos e “uma compreensão de continuidade entre os fatos de uma e outra categoria” (p. 55). Neste sentido, Lourenço Filho observa que os estudos sobre o desenvolvimento infantil, as fases evolutivas são importantes para a educação, pois colocariam “a compreensão técnica da ação educativa” (p. 69). Entretanto, foi o conhecimento advindo dos testes que permitiu o *reconhecimento* das diferenças individuais, possibilitando a criação de um “*novo modelo*” nas investigações sobre o desenvolvimento infantil: as estatísticas. Tratava-se agora de: “recolher dados, sistematizá-los e concluir pela existência de *valores estatísticos*, para cada grupo que se considere” (p. 71).

Se inicialmente as investigações sobre a inteligência infantil, sobre as diferenças individuais levaram à construção de um conceito geral – a capacidade de adaptação –, essas formulações acabaram por produzir medidas, que seriam para Lourenço Filho as condições necessárias para o educador:

apoiar-se num modelo explicativo do comportamento humano que lhe revele fatores e circunstâncias do processo adaptativo, no qual deverá interferir; só assim poderá sistematizar esforços no sentido de bem influir nos educandos, com a necessária segurança. (p. 75)

Não se tratava mais de discutir, de formular princípios educativos para o desenvolvimento infantil, visto que o movimento de renovação educacional não somente incorporava os conhecimentos de uma psicologia descritiva, mas, a partir do estudo das diferenças individuais, buscava uma investigação dos processos de aprendizagem. Nas palavras de Lourenço Filho,

A investigação da matéria devia, por sua vez, reclamar o esclarecimento de um importante capítulo, qual fosse o da *motivação do comportamento*; e a relação entre motivação e aprendizagem viria a determinar, como a seu tempo veremos, uma reformulação do próprio objeto das investigações psicológicas. (p. 61)

Mas se *o como aprender*, ao mesmo tempo, promoveria um deslocamento do objeto de estudo da psicologia, do desenvolvimento infantil para a aprendizagem,

acabaria, por sua vez, por reduzir o aprender a um aspecto: "ajustamento individual" (p. 88).

Essa mudança de eixo se devia, segundo Lourenço Filho, "de uma nova compreensão de vida", que exigiria que os processos educativos promovessem *comportamentos ajustados*, afinal,

a educação é obra social, na proposição de seus fins. A sociedade a organiza, como aparelho capaz de continuá-la pelo tempo, e pelo espaço. E cada sociedade só tem a educação que pode ter. Mas fixados esses fins, organizado o aparelho escolar, chamadas a elas as crianças – a obra social vai ser realizada por *meios biológicos de adaptação do comportamento*, a esses fins visados. (p. 12)

Certo de que a educação renovada não poderia mais oscilar entre o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e a subordinação deste aos princípios morais e éticos do seu grupo social, Lourenço Filho se preocupa com o progresso, desenvolvimento, modernização, racionalização, finalidades sociais. A individualidade, prerrogativa necessária para o liberalismo, para a modernidade, sucumbe agora para a inevitável adaptação social.

Por isso, é possível registrar cada vez mais nas palavras de Lourenço Filho que as suas preocupações ao formular conceitos sobre a criança, ainda que considere e admita a importância do desenvolvimento infantil, o estudo da criança, enfim, os processos do aprender, a educação escolar tinha, afinal de contas, uma tarefa essencial: promover a adaptação social.

Ao sintetizar esse propósito, consoante com o pensamento renovador da época, Lourenço Filho via na educação renovada a possibilidade de harmonizar os aspectos psicológicos da criança e a função social da escola. O cerne desse pensamento era afastar a idéia de uma incompatibilidade entre indivíduo e sociedade, ao contrário, uma continuidade entre esses processos, mediatizados pela educação. Aqui objetiva-se o ideal educacional de Lourenço Filho: a criança se socializa na escola, se integra na sociedade por meio da educação.

Na medida em que se voltava para infância, os processos educativos começariam a se inverter, agora se tratava de propor uma intervenção em nome da necessidade de educar as crianças. Se a questão inicial era adequar os processos pedagógicos ao desenvolvimento infantil, agora era este desenvolvimento que precisava ser submetido à ação educativa.

Ora, observa-se aqui um corte sobre a criança como individualidade: a condição de *escolar* atrelada aos mecanismos de aferição e classificação, isto posto como princípio da pedagogia científica. Nesse sentido, pode-se questionar que concepções teóricas e metodológicas a Psicologia da Educação fomentou nos processos de escolarização? Qual é a compreensão de criança que essa concepção traz? O que se pode dizer da relação dessas teorias educacionais, abastecida em grande parte pela Psicologia, disseminada aos educadores brasileiros, e a infância? Como o ideário renovador, em sua proposta mais divulgada aqui no Brasil, situa uma compreensão de criança que deve ser educada num determinado tipo de escola?

Ao indagar sobre essas questões, é necessário argüir sobre os elementos que constituíram este conceito, entrever, enveredar e mapear os registros desse pensamento.

Uma das expressões dessa produção intelectual pode ser recuperada na "Bibliotheca da Educação". Esta coleção pedagógica representou um marco inaugural no pensamento educacional brasileiro. O projeto editorial tinha a preocupação de não somente organizar, mas sobretudo divulgar pressupostos pedagógicos que possibilitariam a efetivação no Brasil de um novo modelo educacional, uma filosofia de educação já em vigor na Europa e nos Estados Unidos: a chamada *Escola Nova*.⁴

Publicando textos de educadores nacionais e estrangeiros como: Dewey, Binet, Pieron e Claparède, entre outros, a coleção pretendia oferecer uma atualizada reflexão das questões educacionais vinda da Europa e Estados Unidos, sob a égide de uma pedagogia contemporânea, afinada com uma sociedade mais evoluída e democrática. Os conhecimentos cristalizados nestes textos mostravam uma concepção educacional que se afirmava hegemônica e consensual, que deveria ser seguida pela educação brasileira, pois já estava em curso nos sistemas de ensino norte-americano e europeu.

A significativa presença de Lourenço Filho, convidado para dirigir um projeto editorial que se caracterizaria em um compromisso pedagógico, evidenciava ainda mais a tarefa que cabia aos intelectuais renovadores: trazer e informar,

4 Ao fazer esta afirmação, não desconheço que esta concepção educacional é caracterizada de um lado, em uma oposição ao ensino tradicional; de outro, é composta por pensamentos diversificados, seja na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, no qual Lourenço Filho é considerado a vertente mais psicologista da Escola nova.

divulgar e formar no seio da sociedade civil brasileira um ideário educacional conjugado com os novos tempos, "os livros da coleção partilham de um mesmo espírito: conciliar positivamente a sociedade por meio da educação das massas e renovar os métodos de ensino na escola primária e secundária" (Monarcha, 1997, p. 32).

Essas idéias que foram incorporadas pelos professores brasileiros se tornaram constitutivas de um pensamento pedagógico, estabelecendo práticas, disseminando fazeres, instituindo conhecimentos, enfim transitaram na sociedade brasileira trazendo uma produção intelectual na qual privilegiava "uma nova compreensão da vida".

Isto nos leva a afirmar que se, de um lado, a princípio, a aparição da criança no cenário da modernidade transforma a escola, de outro, ela se dissipa nesta escola renovada. Nesta, há um revés, no movimento que agora é produzido pela escola, criando e recriando a criança, "Graças às instituições escolares forja-se uma consciência da particularidade infantil" (Santos, 1996, p. 126).

Considerando-se essas reflexões, é preciso analisar e investigar a inegável contribuição da Psicologia na educação, na formação de uma "cultura pedagógica", que foi engendrada sobre a infância no Brasil, especialmente na primeira metade do século XX. Os discursos, as práticas e os saberes pedagógicos produzidos e veiculados naquele momento penetraram de tal maneira na escola, que se generalizou uma determinada idéia, uma determinada concepção de infância, articulada a uma filosofia educacional, tendo em vista um projeto de sociedade: a liberal.

Resumo

As proposições pedagógicas da Escola Nova que se constituíram no Brasil durante a primeira metade do século XX orientaram as práticas educativas, tendo a psicologia como a principal fundamentação teórica. Nesse processo trouxeram no seu bojo uma concepção de infância, articulada e calcada na instituição escolar. É possível extrair as formulações, as orientações e os conhecimentos que eram dirigidos aos educadores brasileiros mediante uma determinada produção pedagógica – as obras que compõem a "Bibliotheca da Educação", editada no período de 1927a 1950, dirigida por Lourenço Filho.

Palavras-chave: Psicologia da Educação; Lourenço Filho; infância.

Abstract

The pedagogical propositions of "Escola Nova" ("New School"), which were developed in Brazil during the first half of the 20th century, guided the country's educational practice, having psychology as the main theoretical framework. In this process they brought with them a conception of childhood that was articulated with and based on school as an institution.

It is possible to identify the formulations, orientations, and knowledge that were directed to Brazilian educators through one pedagogical production – books that composed the collection "Bibliotheca da Educação" ("Library of Education"), edited between 1927 and 1950 by Lourenço Filho.

Key-words: educational psychology; Lourenço Filho; childhood.

Resumen

Las propuestas pedagógicas de la Escuela Nueva, que se consolidaron en Brasil durante la primera mitad del siglo XX, orientaron las prácticas educativas ubicando a la psicología como su principal fundamento teórico. Este proceso trajo aparejada una concepción de la infancia articulada y basada en la institución de la escuela. Es posible extraer las formulaciones, las orientaciones y los conocimientos que se les transmitían a los educadores brasileños a través de una determinada producción pedagógica: las obras que integran la "Bibliotheca da Educação" ["Biblioteca de la Educación"], editada entre 1927 y 1950 y organizada por Lourenço Filho.

Palabras claves: psicología de la educación; Lourenço Filho; infancia.

Referências

- Antunes, M. A. M. (1991). *O processo de autonomização no Brasil: 1890-1930*. Tese de doutoramento. São Paulo, PUC-SP.
- Carvalho, M. M. C. de. (2000). "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- Cunha, M. V. (1995). *A educação dos educadores*. Campinas, Mercado das Letras.
- Gandini, R. C. (1980). *Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Gatti, B. (1992). A pesquisa em educação: um tema em debate. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, nº 80, pp. 106-111, fev.
- Gebrim, V. S. (1996). *Psicologia e Educação no Brasil: uma história contada pela R. B. E. P.* Dissertação de mestrado. UFG.

- Lourenço Filho, M. B. (1978). *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo, Melhoramentos.
- _____. (1995). "A Psicologia no Brasil". In: Azevedo, F. de (org.) *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, volume II.
- Miranda, M. G. de. (1992). A psicologia dos psicólogos e a psicologia dos educadores. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, vol. 83, pp. 71-74.
- Monarcha, C. (1997). *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. Campinas: Mercado de Letras/ Unesp.
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo, EPU.
- Patto, M. H. de S. (1990). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- Pinho, P. M. (1970). Homenagem a Lourenço Filho. *REBEP*, 54 (119), julho/setembro.
- Santos, B. R. (1996). *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP.
- Tozoni-Reis, M. F. de C. (2002). *Infância, escola e pobreza*. Campinas, Autores associados.
- Warde, M. J. (2000). "Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia". In: *História Social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez.

Virgínia Sales Gebrim

Professora da VCG

E-mail: virginiagebrim@uol.com.br